

INSTITUTO BRASILEIRO DE

**ETCO**

ÉTICA CONCORRENCIAL

**ENTREVISTA:**  
**GOVERNADOR ALCKMIN**  
**APOSTA NA EFICIÊNCIA**  
**PARA DERRUBAR**  
**CARGA TRIBUTÁRIA**

**ESTUDOS REVELAM**  
**O DESAFIO DE MEDIR**  
**O IMPACTO DA**  
**ECONOMIA INFORMAL**

**COMO VAI FUNCIONAR**  
**A SUPER-RECEITA, QUE**  
**DEVE ARRECADAR R\$ 500**  
**BILHÕES JÁ EM 2006**

# Novos aliados

**CÂMARA SETORIAL DE MEDICAMENTOS E**  
**MAIOR NÚMERO DE ASSOCIADOS REFORÇAM**  
**A LUTA CONTRA A ILEGALIDADE NO PAÍS**



## As tábuas podres estão ruindo

Vamos convidar o leitor a percorrer esta edição da Revista ETCO pela porta dos resultados positivos. Em vez de abordar os impasses da concorrência ilegal, que golpeiam duramente a economia, nosso foco prioritário é a expansão do movimento em defesa da ética na concorrência. Assim, registramos com justificado entusiasmo a criação da câmara setorial de medicamentos, que conta com 33 companhias do setor, e a adesão ao Instituto ETCO da Abrammat, a associação das empresas do ramo da construção civil, e da Anip, do setor de pneus, ao lado de corporações como Philip Morris, Nestlé, Unilever, Diageo, esta do ramo de bebidas quentes.

Um número significativo de reportagens é dedicado aos avanços da ética na concorrência, em múltiplas frentes. Pouco antes de ser escolhido o candidato do PSDB à Presidência da República, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, recebeu a Revista ETCO para uma entrevista exclusiva. Nela relata medidas adotadas em sua administração para combater a concorrência desleal e a sonegação, além de tornar o Estado mais justo na cobrança de impostos. Uma delas é o trabalho da Secretaria da Fazenda paulista entre os contribuintes, para explicar como é feita a arrecadação. Detalhe: o terreno escolhido foi o litoral, para aproveitar o verão e criar algo inovador, capaz de conquistar saudável resultado prático.

A equipe da revista também se valeu de três importantes estudos para produzir esta edição. São apresentados os dados iniciais do Balanço Anti-Social, que vem sendo elaborado pelo ETCO para avaliar o grau de informação e interesse sobre o tema da ética nos mais diversos públicos que compõem a sociedade brasileira. Já a pesquisa realizada pela KPMG revela que 69% das empresas analisadas sofreram algum tipo de fraude nos últimos dois anos. Por fim, um estudo feito pela consultoria McKinsey traça um diagnóstico preciso dos impactos das práticas ilegais de concorrência no setor de medicamentos.

Em nível federal, a máquina da Super-Receita começa a se adensar, como mostra a reportagem, enriquecida com uma entrevista do secretário Jorge Rachid, da Receita Federal. O combate à pirataria, por sua vez, tem sido assunto de Estado não só no Brasil, mas também na China – sim, o governo chinês está determinado a agir.

A partir desse leque, tão variado quanto atraente, o leitor poderá concluir que o ambiente da ilegalidade está mudando para melhor. Pois as tábuas podres da concorrência desleal estão agora na alça de mira de viva reação da sociedade e, assim, começam a ruir.

*Emerson Kapaz*  
PRESIDENTE-EXECUTIVO

INSTITUTO BRASILEIRO DE  
**ETCO**  
ÉTICA CONCORRENCIAL

Presidente-executivo  
Emerson Kapaz

Diretora-executiva  
Daniela Reis

Conselho de Administração  
Presidente  
Leonardo Gadotti Filho, diretor de Suprimentos e Distribuição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda.

Conselheiros  
Cesar Augustus Simi, diretor de Planejamento Estratégico da Souza Cruz  
Hoche José Pulcherio, diretor-executivo da Associação dos Fabricantes Brasileiros de Coca-Cola  
José Tadeu Alves, diretor-presidente da Merck, Sharp & Dohme  
Victorio De Marchi, co-presidente do Conselho de Administração da Ambev

Conselho Consultivo  
Aristides Junqueira, advogado e ex-procurador-geral da República  
Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da FGV-RJ  
Eduardo Gianetti da Fonseca, economista/Ibmec  
Everardo Maciel, consultor tributarista  
Hamilton Dias de Souza, advogado especialista em Direito Tributário  
João Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo

Empresas associadas ao ETCO  
Abbott, Aché, Actelion, Agip do Brasil S.A., Altana Pharma, Ambev, AstraZeneca, Bayer, Boehringer Ingelheim, Bristol-Myers Squibb, Castrol Brasil Ltda., Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga, Coca-Cola, Cristália, Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A., Eli Lilly, Esso Brasileira de Petróleo Ltda., Eurofarma, Farmalab Chiesi, Farmasa, Fl Brasil S.A., Galderma, Genzyme, GlaxoSmithkline, Janssen-Cilag, Kaiser, Lundbeck Brasil, Medley, Merck Sharp & Dohme, Novartis, Novo Nordisk, Organon, Pepsi-Cola, Petrobras Distribuidora S.A., Petróleo Sabbá S.A., Pfizer, Philip Morris, Repsol YPF Distribuidora S.A., Roche, Sankyo, Sanofi-Aventis, Schering do Brasil, Schering-Plough, Serono, Shell Brasil Ltda., Souza Cruz, Stiefel, Texaco Brasil Ltda., Wyeth-Whitehall, Zambon

Empresas colaboradoras  
Abramat (Associação Brasileira da Indústria de Material de Construção), Anip (Associação Nacional da Indústria de Pneus), Diageo, Nestlé, Unilever.

### REVISTA ETCO

EDITORA Andrea Assef  
SUBEDITOR Jorge Félix

CONSELHO EDITORIAL Emerson Kapaz, Leonardo Gadotti Filho, Hoche José Pulcherio, Cesar Augustus Simi, Victorio De Marchi, Mario Viana, Francisco Viana

PROJETO EDITORIAL  
Andrea Assef (*Letras & Lucros*),  
Patrícia Blanco (*Blanco Relações Públicas*)

PROJETO GRÁFICO *Letras & Lucros*  
DIREÇÃO DE ARTE Beto Nejme  
EDITOR DE ARTE Beto Vaz

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO  
TEXTO Juliana Mariz, Felipe F., Francisco Viana  
FOTO Anderson Schneider, Biô Barreira, Felipe Barra, Lalo Almeida, Marlene Bergamo, Roberto Castro  
ILUSTRAÇÃO Pepe Casals  
PRODUÇÃO Patrícia Cortes  
REVISÃO Márcia Melo

CAPA: Images.com/Corbis/Stock Photos

A revista ETCO é uma publicação da *Letras & Lucros* sob licença do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO

REDAÇÃO  
Av. Faria Lima, 2631, conj. 604, CEP: 04152-000  
São Paulo, SP, tel.: (11) 3813-8464



### 02 Editorial

### 04 Novos parceiros

O ETCO cria a câmara setorial de medicamentos e amplia o número de associados

### 08 Saúde

Pesquisa mostra o impacto das ações ilegais no setor farmacêutico

### 10 Resultados

As boas notícias da luta das empresas éticas

### 12 Governo

A Super-Receita quer arrecadar mais de R\$ 500 bilhões

### 18 Artigo

Francisco Viana comenta o positivamente correto, um novo engajamento político

### 20 Entrevista

O candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, defende uma reforma tributária mais ampla, com a redução de impostos

### 24 Mundo corporativo

As recomendações de especialistas para melhorar a conduta das empresas

### 30 Internacional

Apesar das leis, pirataria ainda desafia o governo da China

### 34 Gestão empresarial

O que as companhias brasileiras estão fazendo para evitar fraudes contábeis

### 37 Educação

Secretaria da Fazenda vai à praia para convencer contribuinte paulista

### 38 Artigo

Herbert Steinberg, especialista em governança corporativa, fala sobre a importância da ética na gestão moderna



FOTO: BIÓ BARREIRA

# Mais aliados na luta pela ética

Com apenas três anos de existência, o ETCO mobiliza o empresariado, economistas, governos, ganha visibilidade nacional, cria a câmara setorial de medicamentos e passa a contar com novos associados na batalha contra a concorrência desleal por Andrea Assef

Desde a sua fundação, no dia 8 de abril de 2003, o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO – definiu sua missão: lutar contra todas as formas de concorrência desleal, como sonegação fiscal, contrabando e falsificação de marcas, que asfixiam a economia brasileira. Formado por um grupo de empresários dos setores de cerveja, refrigerante, fumo e combustível, que tinham em comum a preocupação com a escalada da informalidade não apenas em seus setores, mas em toda a sociedade, o ETCO lançou uma série de ofensivas contra a concorrência predatória. Por meio de seminários, estudos e programas de combate à ilegalidade, a entidade mobilizou o empresariado nacional, políticos e governos em torno do tema. Segundo o presidente-executivo da entidade, Emerson Kapaz, a ética não é uma causa temporária, de curto, médio ou longo prazo, e tampouco uma bandeira a ser levantada por

alguns segmentos econômicos. É uma questão cultural ampla e atinge todos os setores da sociedade organizada. “Não há capitalismo desenvolvido sem ética concorrencial e respeito ao consumidor”, afirmou.

As ações do ETCO ganharam cada vez mais visibilidade e atraíram outros setores que sofrem do mesmo mal, a disputa do mercado com empresas que funcionam na ilegalidade. No ano passado, depois de encomendar ao ETCO um estudo sobre a economia informal no ramo farmacêutico, o setor assustou-se com os resultados do impacto da informalidade no mercado e principalmente na saúde pública. Decidiu criar a mais nova câmara setorial do ETCO, a de medicamentos, que reúne 33 empresas do ramo, somando-se às câmaras já existentes de cerveja, refrigerante, combustível e fumo, à qual a Phillip Morris acaba de aderir.

Além disso, o ETCO passou a contar com novos associados, os colaboradores voluntá-

Reunião do conselho do ETCO: a agenda é o combate às práticas ilegais na economia

## DIAGEO NA BATALHA CONTRA A INFORMALIDADE

A Diageo é líder do mercado mundial de bebidas premium e está presente em 180 países com marcas como Johnnie Walker e Smirnoff. O presidente da Diageo Brasil, Alberto Gavazzi, explica nesta entrevista os motivos que levaram a empresa a integrar o time do ETCO e aponta as principais práticas desleais que afetam o setor de bebidas quentes no país.



Gavazzi: "Juntar-se ao ETCO significa ajudar a fazer um Brasil melhor"

**ETCO: Por que a Diageo decidiu entrar no ETCO?**

**Gavazzi:** Já faz algum tempo que atuamos na luta contra a concorrência desleal. Com a Associação Brasileira de Bebidas, a Diageo participa há muitos anos de um diálogo positivo com as autoridades para o combate à evasão fiscal, ao contrabando e à falsificação. Já temos um histórico de parcerias bem-sucedidas e uma agenda enorme pela frente. Nosso objetivo ao aderir ao ETCO é intensificar ainda mais o combate às práticas desleais no segmento de bebidas. Além disso, como cidadão brasileiro, juntar-se ao ETCO significa ajudar a fazer um país melhor.

**ETCO: Qual é o impacto da informalidade no seu setor no Brasil?**

**Gavazzi:** O principal é o não-pagamento de imposto. Só no segmento de cachaças sabe-se que existem mais de mil empresas que sonegam os tributos. O mercado de vodcas está inundado de produtos sem qualidade praticando preços que claramente refletem sonegação fiscal. Mas não é só isso. Temos problemas também de falsificação de produtos e de contra-

bando, que acontecem de várias maneiras. Uma delas é a entrada ilegal de bebidas importadas por terceiros sem o pagamento do IPI.

**ETCO: Que tipo de parceria tem sido feita para combater esses problemas?**

**Gavazzi:** Um bom exemplo é a parceria com a Receita Federal, que funciona há mais de cinco anos, exigindo que o selo de IPI do scotch seja colocado nas garrafas dentro das destilarias na Escócia, o que praticamente acabou no Brasil com o comércio paralelo, que facilita a evasão fiscal, diminuindo a falsificação e aumentando as vendas das companhias que pagam seus impostos. A Receita fiscaliza permanentemente, e já no primeiro ano eles viram um crescimento na arrecadação de IPI só com as vendas da marca líder de mercado, o Johnnie Walker, de mais de 30%.

**ETCO: O senhor poderia nos contar algum caso de falsificação de um produto da Diageo no Brasil?**

**Gavazzi:** Quando lançamos no Brasil há uns cinco anos a Smirnoff Ice, a be-

bida pronta que é um dos nossos maiores sucessos, surgiram 68 marcas imitando nosso produto. Recentemente, num bem-sucedido esforço de redução dos nossos preços, que levou a uma redução do imposto, essas marcas sumiram.

**ETCO: Na sua opinião, quais são as principais medidas que devem ser adotadas para coibir as ações do mercado ilegal de bebidas?**

**Gavazzi:** É preciso haver uma fiscalização mais intensa e um controle maior das empresas através do recadastramento, por exemplo. O modelo americano de concessão de licenças para comercializar bebidas também poderia ser estudado. O mais importante são os impostos mais baixos, que permitem expansão dos investimentos e o acesso dos consumidores a bebidas com qualidade e bom preço, eliminando a concorrência desleal do produto barato que não paga imposto. Por isso, ao aderir ao ETCO, nossa intenção é andar a passos mais acelerados rumo a um ambiente de competitividade saudável e justo.



Conselho consultivo de peso (da esq. para a dir.): Eduardo Gianetti da Fonseca, Everardo Maciel, Aristides Junqueira e Hamilton Dias de Souza



O Instituto mantém um canal direto de comunicação através do site e da revista ETCO

rios, categoria criada para atender às empresas que querem se unir à entidade com o objetivo de constituir a própria câmara setorial. A intenção do ETCO é ampliar a área de atuação do Instituto para além dos setores que o criaram, sem perder o foco do trabalho. Nessa categoria estão a Associação Brasileira da Indústria de Material de Construção (Abramat), a Associação Nacional da Indústria de Pneus (Anip), a Diageo, a Nestlé e a Unilever. De acordo com Melvyn Fox, presidente da Abramat, a adesão ao ETCO faz parte da proposta da entidade de combater as empresas que atuam na ilegalidade tanto nas questões fiscais como técnicas (produtos não qualificados) que envolvem a construção civil no Brasil. "Queremos lutar pela ética profissional no nosso setor", afirmou Fox. No caso da Anip, Walter Tegani, secretário-executivo da entidade, explica que a entrada no ETCO se deu em

função da coincidência de propósitos. "Nós buscamos cada vez mais a transparência e a lisura no comportamento do mercado de pneus no Brasil", disse Tegani.

Uma das constatações mais importantes em relação à entrada de novas empresas e setores é a consolidação do Instituto. O ETCO veio para ficar. E algumas de suas conquistas em 2005 coroaram essa afirmação. De acordo com Kapaz, o ano passado marcou uma virada no combate da concorrência desleal no país. Além da redução dos números de softwares e brinquedos piratas contrabandeados do Paraguai, a implantação de medidores de vazão para o setor de cervejas foi fundamental para ampliar o controle dos fluxos de vendas. O mais importante no caso dos medidores – no setor de refrigerantes começam a funcionar este ano – é a demonstração da existência de uma parceria saudável entre governo e sociedade civil. Com eles, o governo está imple-

mentando idéias que estimulam a ética concorrencial e diminuem a sonegação. Assim, aumenta a arrecadação sem cobrar mais impostos. "Aos poucos, vamos mostrando a vantagem de um novo sistema tributário", disse Kapaz.

No caso dos combustíveis, houve uma vitória importantíssima de mobilização dos Estados, com novas legislações de ICMS que possibilitaram a cassação de licenças de postos responsáveis pela adulteração ou sonegação no pagamento de impostos. Só em São Paulo nove postos foram interditados. Houve ainda avanços no âmbito da Justiça. Uma parceria de sucesso com a Associação Nacional de Justiça Federais (Ajufe) promoveu um entendimento sobre a questão das liminares, concedidas para o funcionamento de postos de gasolina, que passaram a ser instrumento apenas para casos extremos. Outras parcerias-chave foram estabelecidas com o Instituto de Desenvolvimento do Va-

rejo e o Instituto Brasil Legal, que reúne o setor eletroeletrônico.

Segundo Kapaz, este ano será ampliada a discussão em torno da Justiça. O ETCO estará apresentando o 1º Anuário sobre o Judiciário, juntamente com um seminário cujo tema é "O Papel da Justiça no Combate à Concorrência Desleal", a ser realizado no dia 29 de maio, em São Paulo. O objetivo do evento, que vai contar com a presença das maiores autoridades no assunto, é traçar um mapa do Judiciário brasileiro e discutir as dificuldades enfrentadas no combate à concorrência desleal. "Pela primeira vez uma entidade empresarial se associa à Justiça em um trabalho de fundo e faz uma radiografia isenta do Judiciário e das principais decisões do STF e do STJ, além de traçar um perfil de todos os ministros, desembargadores e juízes no Brasil, provocando uma reflexão sobre o papel da Justiça no combate à concorrência desleal", afirmou Kapaz. ★



Dirceu, da Anvisa: "São estimadas de 12 a 17 mil farmácias no Estado de São Paulo, é muito difícil fiscalizar todas"

FOTOS: BIÓ BARREIRA

A saúde do setor farmacêutico no Brasil inspira cuidados. Cada vez mais ela sofre dos males causados pela sonegação, pirataria, informalidade. Por isso, o segmento procurou o ETCO com o objetivo de juntar-se na luta contra a economia informal. Para mapear a rede subterrânea da ilegalidade na área de medicamentos, o ETCO encomendou o estudo "Informalidade no Setor Farmacêutico: Barreira ao Crescimento da Economia Brasileira e Risco à Saúde Pública", elaborado pela consultoria McKinsey & Company e pelo escritório Pinheiro Neto Advogados. O estudo foi apresentado em dezembro de 2005, no Hotel Hyatt, em São Paulo, e contou com a presença de autoridades como o ministro da Saúde, Saraiva Felipe, o secretário-adjunto da Receita Federal, Ricardo Pinheiro, o diretor-geral da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello, o então secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Eduardo Guardia, além dos principais representantes da indústria farmacêutica, entre outros.

Após a constatação dos impactos da informalidade no mercado de fármacos e principalmente na saúde pública, decidiu-se criar a mais nova câmara setorial do ETCO, a de medicamentos, que reúne 33 empresas do ramo. "É um setor em que o combate à concorrência desleal é imprescindível", afirmou Emerson Kapaz, presidente-executivo do ETCO. Só para se ter uma idéia, as vendas de remédios através de pedidos ilegais somam cerca de R\$ 5 bilhões. Isso significa que o balconista, sem

nenhuma formação técnica, ignora a recomendação médica e indica ele mesmo o que deve ser administrado. "Há uma complementação ao salário do balconista, que é baixo. Ele ganha por meio da 'empurroterapia' 10% sobre as vendas desde que dirija a compra para medicamentos similares", afirmou o ministro da Saúde durante o evento. E o mais dramático é que esse tipo de argumentação de troca afeta mais a população de baixa renda.

De acordo com Saraiva Felipe, a causa geral para a existência da informalidade no setor – que, nos seus cálculos, provoca uma evasão de impostos de R\$ 3 bilhões a R\$ 5 bilhões por ano – é o peso da carga tributária. O estudo da McKinsey mostra que a evasão nos cofres públicos se dá, principalmente, no ICMS no varejo, pois a pulverização dos pontos-de-venda acaba se tornando um entrave à fiscalização. Calcula-se que 23% de todos os impostos devidos são sonegados.

O diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, afirmou que o objetivo a curto prazo é promover uma ação de fiscalização preventiva. Segundo ele, só em alguns municípios da Região Metropolitana de São Paulo foram fechados, recentemente, 1.200 estabelecimentos clandestinos. No Estado, são estimadas de 12 a 17 mil farmácias abertas. "É muito difícil fiscalizar todas", disse. Segundo Ricardo Pinheiro, em 1999 a Receita começou a fiscalizar o setor com mais ênfase e identificou sérios problemas na distribuição. "Algumas empresas tinham operações que eram mais caso de polícia do que de fiscalização tributária", disse. ★

# Remédio para quem precisa

Pesquisa mostra que sonegação no setor farmacêutico – agora integrado ao ETCO – chega a 23% do total de impostos pagos e 40% da mão-de-obra do varejo está na informalidade



Platéia lotada: distribuidores, varejistas e fabricantes discutiram o setor farmacêutico no evento do ETCO



Reunião de técnicos das duas Receitas, no Ministério da Fazenda: muitos desafios para unir as duas máquinas

FOTO: FELIPE BARRA

Com 34 mil funcionários, a nova Receita, união da Federal com a Previdenciária, nasce

com o desafio de reduzir a sonegação e arrecadar mais de R\$ 500 bilhões

# O Super-Leão do Brasil

Por Felipe F.



### RECEITA FEDERAL

- 23 mil funcionários
- Orçamento de R\$ 3,7 bilhões
- Arrecadação prevista para 2006 de R\$ 365,5 bilhões



### PREVIDÊNCIA

- 11 mil funcionários
- Orçamento de R\$ 421 milhões (excluído o INSS)
- Arrecadação prevista de R\$ 109,6 bilhões
- Déficit previsto de R\$ 46,1 milhões



### SUPER-RECEITA

- 34 mil servidores
- Arrecadação estimada de R\$ 475,1 bilhões
- Arrecadação no primeiro mês em vigor: R\$ 38,6 bilhões, crescimento de 6,95% na comparação com o ano anterior\*
- Arrecadação de contribuições à Previdência no primeiro mês em vigor: R\$ 9,6 bilhões, 11,28% maior que no ano anterior\*

\*Dados referentes a agosto, primeiro mês de vigência da Medida Provisória 258, que posteriormente perdeu validade por não ser votada no Congresso Nacional.

ILUSTRAÇÃO: PEPE CASALS

### PRÓXIMOS PASSOS

“Apesar do trabalho em curso para pôr a locomotiva Super-Receita para andar, o texto do projeto de lei que cria a super-estrutura está inerte no Congresso Nacional. Aprovado na Câmara, chegou ao Senado, onde passará por uma longa discussão até ser aprovado. É entre os senadores que o governo terá maior dificuldade em aprovar o texto, pois a base governista não é coesa. Depois disso, o texto deve voltar à Câmara para nova votação. Concluído o processo no Congresso Nacional, o projeto segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No dia seguinte, deve ser publicado no *Diário Oficial da União*. Será esta última a data oficial de criação da nova Receita Federal do Brasil.”

FOTOS: ANDERSON SCHNEIDER/PRENSA TRÊS

**D**uas cabeças, um corpo apenas. Duas realidades, um desafio. Incontáveis dificuldades, uma certeza. Essas são as dualidades que envolvem a discussão e a verdade sobre a Super-Receita: uma estrutura gigantesca que une bilhões em arrecadação, críticas sobre o seu funcionamento, dúvidas sobre o sucesso da grandiosa proposta e a certeza de que a idéia, nada original, facilitará a tarefa hercúlea do governo e da sociedade brasileira de combater a sonegação.

As disputas entre oposição e governo no Congresso Nacional, os confrontos internos, viscerais entre técnicos e auditores por espaço na nova estrutura, e as opiniões contrárias de críticos e defensores cessam quando o desafio de reduzir a sonegação é incluído no debate. A unificação das estruturas das Receitas Federal e Previdenciária, polêmica que se arrasta desde a década de 90, facilitará a luta contra a ilegalidade.

Mas, para pôr em funcionamento a máquina gigantesca, uma equipe da Receita Federal e do Ministério da Previdência trabalha diariamente no terceiro andar do prédio anexo ao Ministério da Fazenda. Uma sala reservada exclusivamente para a transição do sistema antigo, ainda em vigor, para a unificação. No comando desse batalhão está Marcos Noronha, homem de confiança do secretário da Receita e possivelmente o primeiro super-secretário, Jorge Rachid.

E a principal e primeira missão dessa equipe para fazer a junção das duas Receitas deveria, em tese, ser a solução para os problemas: a tecnologia desenvolvida em cada um dos órgãos. O sistema de informática que gerencia os dados da Previdência, gerido pela Dataprev, não se afina com o funcionamento dos computadores da Receita, controlados pelo Serpro. Sem a união das bases de dados, a Super-Receita torna-se apenas um conceito, um projeto no papel.

Nos primeiros testes, feitos no ano passado, a confirmação de que os sistemas se confrontavam levou o Serviço de Processamento de Dados do governo a criar um atalho. Nos computadores das primeiras secretarias onde o sistema unificado funcionava em fase de teste, os técnicos do Serpro encontraram uma fórmula para que não houvesse conflito entre os sistemas e dados de ambos pudessem ser utilizados no mesmo terminal.

A solução permitiu que o terminal da Super-Receita acessasse as duas bases de dados separadamente. O jeitinho encontrado, para o consumidor, é imperceptível, mas, para a Dataprev e o Serpro, a improvisação é evidente. O esforço para unificar os dois sistemas levará aproximadamente dois anos, até o final de 2007.

As repercussões do entrave tecnológico, que inicialmente é problema exclusivamente dos técnicos em informática do governo, chegam ao contribuinte na forma de atraso na percepção

dos benefícios prometidos pela Super-Receita. Exemplo: os Ministérios da Fazenda e da Previdência exigem do contribuinte duas declarações com dados semelhantes. Uma delas poderia ser extinta imediatamente após o início dos trabalhos da Super-Receita, mas será preciso um pouco de paciência.

#### EFEITOS IMEDIATOS

Nem tudo é problemático e hercúleo na criação da Super-Receita. A arrecadação de tributos deve aumentar, por meio da melhora da eficiência da máquina fiscalizatória e a consequente redução da sonegação. Aos críticos do novo modelo da Super-Receita, uma resposta na ponta da língua: “Será que queremos, como cidadãos, facilitar a vida dessas pessoas para não aumentar a arrecadação? É o que o Instituto de Ética Concorrencial quer? Certamente não. Queremos aumentar o número de contribuintes para reduzir a carga tributária no futuro”, afirmou Noronha.

O orçamento deste ano já conta com os possíveis ganhos gerados pela Super-Receita. O motivo é transparente: a Super-Receita terá à disposição a história fiscal de cada um de seus contribuintes. Há erros no pagamento de contribuições previdenciárias? A Receita sabe. Há problemas com o pagamento de tributos? O Leão também sabe. Por conta disso, falhas deliberadas ou não no pagamento de impostos, a

empresa será levada ao umbral da dívida ativa num abrir e fechar de olhos.

As empresas problemáticas terão outro complicador. A Super-Receita deve contratar novos auditores para suprir carências da estrutura. Esses novos funcionários estarão aptos a reconhecer falhas tanto no recolhimento de contribuições quanto no pagamento de impostos. Ou seja, ao invés de dois fiscais, apenas um fará todo o serviço, o que reduz, vale lembrar, os custos para o governo, já que um fará o serviço de dois.

Se a pressão aumenta, alguns alívios são dados. A obtenção de certidão negativa, por exemplo, será mais ágil. Os processos de consulta, que permitem ao contribuinte questionar a necessidade do pagamento de um tributo, sem que no prazo em que espera a resposta tenha de despender dinheiro, serão mais céleres.

O cenário está traçado, mas só teoricamente. A Super-Receita é um projeto sem volta, segue a tendência de países como Canadá – onde a unificação data da década de 70 –, Chile, Estados Unidos. Mas cuidados devem ser tomados, como assegurar a integridade, a imparcialidade e a manutenção de princípios éticos na administração tributária e garantir a confiança dos contribuintes, com a aplicação justa da lei e o atendimento rápido da população. O alerta não é nosso, faz parte de documento elaborado pelos próprios funcionários da Receita. ★

## “AS EMPRESAS VÃO GANHAR COM A SUPER-RECEITA”

**ETCO:** Qual será o benefício da criação da Receita Federal do Brasil para o contribuinte pessoa jurídica? Será possível auferir esses ganhos na contabilidade das empresas?

**Jorge Rachid:** O primeiro grande benefício será a interação das pessoas jurídicas com uma única representação do Fisco Federal. Com a simplificação dos processos de trabalho, haverá redução em médio prazo das obrigações acessórias, qualitativa e quantitativamente. Isso, por si só, representará redução e racionalização nos gastos com procedimentos contábeis e burocráticos. Por outro lado, a racionalização do atendimento, que passará a ser integrado, ao contribuinte, seja esse atendimento virtual, seja presencial, vai melhorar sua eficiência, porque haverá maior número de serviços disponíveis na internet e, ainda, porque os postos de atendimento possibilitarão respostas mais rápidas e conclusivas. O suporte de tecnologia de informática (TI) da atual Secretaria da Receita Federal (SRF) é um dos maiores do país tanto em volume de transações quanto em capilaridade e variedade de serviços disponíveis on-line. A atual estrutura de TI, devidamente reconfigurada para o aporte de novas demandas, em função da iminente fusão, possibilitará a otimização da prestação de serviços on-line, em toda a área tributária federal, inclusive no que concerne às contribuições previdenciárias. Tudo isso resultará em ganho de eficiência da instituição. Quando o governo cumpre sua missão com maior eficiência, as pessoas jurídicas e toda a sociedade têm benefício. Por fim, as empresas cumpridoras das suas obrigações fiscais vão auferir ganhos

na contabilidade a partir da minimização da concorrência desleal proporcionada pelos que não cumprem suas obrigações.

**ETCO:** Em que medida a população, tanto pessoa física como jurídica, sentirá o efeito da criação da Super-Receita?

**Rachid:** Como se sabe, a missão do Fisco é promover a arrecadação de tributos, cumprindo e fazendo cumprir a legislação aplicável de forma justa, contribuindo para o aprimoramento da política tributária, oferecendo à sociedade um serviço de excelência e estimulando o cumprimento voluntário das obrigações tributárias. A proposta de unificação dos fiscos em nível federal tem como objetivo prin-

**“A maximização de recursos é flagrante no processo de unificação dos fiscos, principalmente na área de fiscalização”**

cipal a reorganização da administração tributária da União, visando o incremento da eficiência e, por consequência, da arrecadação. Ocorrendo os incrementos esperados, o governo terá condições de reavaliar a carga tributária. Não é demais ressaltar, além do que foi dito na resposta anterior, que para as pessoas físicas o impacto será mais sensível nos postos de atendimento, onde a prestação de serviços será mais rápida e conclusiva, graças à soma de recursos e ao fato de que o contribuinte se deslocará para um único local para tratar de questões até então afeitas a duas

secretarias distintas. Há que ser salientado, ainda, que a disponibilização de serviços on-line garantirá bom atendimento, sem a necessidade do deslocamento a uma unidade, e desafogará o atendimento presencial nos postos.

**ETCO:** Na semana passada, a Receita Federal definiu o confronto de contas de créditos de empresas com o Fisco com débitos pendentes na Previdência. Que medidas semelhantes a essa podem ser tomadas com a criação da Super-Receita?

**Rachid:** Com a unificação dos fiscos em nível federal, em um órgão da Administração Pública Direta Federal, estaremos superando um óbice legal em nível de lei complementar revisto no art. 198 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, que é a preservação do sigilo fiscal. Isso propiciará agilização de informações fiscais, proporcionando celeridade nas compensações entre créditos e débitos de um mesmo contribuinte, sempre que possíveis, salientando que o limite será sempre o legal. Assim, as medidas que possibilitam a prestação desse tipo de serviço poderão ser incrementadas. A reconfiguração do suporte de TI para atender às hoje distintas secretarias em único órgão, inclusive com o compartilhamento de bancos de dados, será um facilitador revolucionário nesse procedimento.

**ETCO:** A fiscalização contra devedores aumenta com a criação da Super-Receita? Qual é a expectativa de ganhos com a medida?

**Rachid:** A maximização de recursos é flagrante no processo de unificação dos fiscos, principalmente na área de fiscalização. Mesmo com o curto pra-

zo de vigência da MP 258, de 2005, isso teve um início de visibilidade. Se em estruturas distintas (*atuais SRF e SRP*), para fiscalizar uma empresa de médio porte, por exemplo, são necessárias duas equipes de trabalho – uma de cada organização –, com dois auditores fiscais em cada uma, com a unificação será possível executar o mesmo trabalho com uma equipe de dois auditores, havendo, portanto, otimização da mão-de-obra fiscal. Por isso, espera-se uma fiscalização mais eficaz em virtude da sinergia resultante da junção dos dois contingentes fiscais, da racionalização de ações e da abordagem do contribuinte de maneira integral. O aumento dos resultados será também sentido em função da utilização de informações constantes nos bancos de dados das duas secretarias. Teremos assim maior presença da fiscalização e o combate ostensivo da sonegação.

**ETCO:** Num primeiro momento, existe por parte do governo a consciência de que os resultados econômicos podem ser piores que os dados atuais? Como fazer para convencer os políticos e a sociedade de que a medida, mesmo assim, é positiva?

**Rachid:** Os administradores de ambas as secretarias participaram de debates e seminários sobre questões envolvendo processos de fusão, unificação e outros tipos previstos na iniciativa privada, como, por exemplo, os processos de incorporação. É fato que na maioria desses processos há uma perda nos momentos iniciais, por motivos diversos, sendo que o principal está ligado à questão que envolve a participação dos seres humanos, seus anseios, receios, expectativas, entre outros, presentes nas organizações unificadas. No nosso caso, em particular – fusão dos fiscos –, não temos dados que nos apontem a possibilidade de resulta-

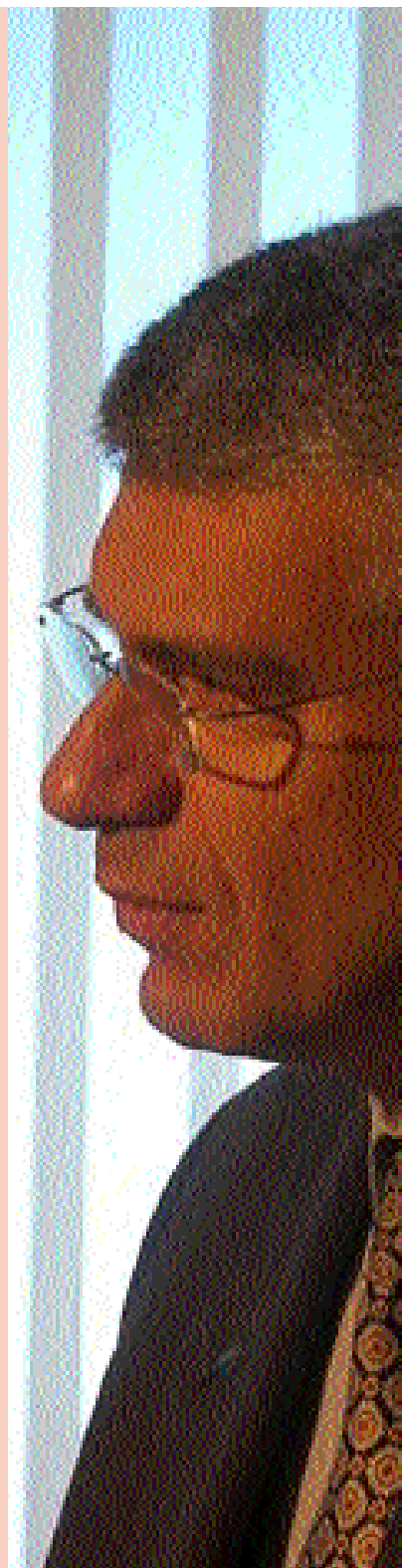


FOTO: ROBERTO CASTRO

dos econômicos piores com a mudança. As informações que temos, baseadas em estudos e experiências de outros países que empreenderam a fusão, são de ganhos. Fundamenta-se nossa posição no fato de que durante a vigência da MP 258, de 2005, houve significativo incremento na arrecadação tributária federal, até pelo efeito psicológico na sociedade. O que cogitamos é a possibilidade de durante a transição termos alguns percalços que tragam dificuldades pontuais e momentâneas, de pouca monta em relação ao processo global, que serão revertidas com os ganhos futuros. A direção conjunta da SRF e da SRP tem sido transparente com a disponibilização de dados e argumentos para a sociedade. É parte dos procedimentos de transição a mobilização das assessorias de imprensa de ambos os partícipes para a divulgação do processo.

**ETCO:** Há setores que perderão com a criação da Super-Receita? Há setores que terão seu cotidiano devassado com a Super-Receita?

**Rachid:** A Receita Federal, assim como a futura organização, caso o projeto de lei seja aprovado pelo Congresso Nacional, não realiza devassa em setores, e sim cumpre seu mister de modo planejado e pontualmente sempre que determinados setores apresentem distorções em relação às tendências econômicas que são acompanhadas de forma rotineira, inclusive pelas áreas de inteligência fiscal. A otimização de recursos materiais, de um modo geral, e de gestão de pessoas, principalmente da mão-de-obra fiscal, fragilizará a atuação de sonegadores e inadimplentes para com o Fisco Federal, haja vista o incremento de eficiência que a nova estrutura proporcionará.



Francisco Viana\*

“Na Europa, ganha força o que se denomina positivamente correto; manifestações de várias atitudes, um engajamento novo, sem fronteira, que ocupa o lugar das ideologias de esquerda”

## Nós, o Brasil e a nova cartografia da ética

Não existe nada mais importante nem construtivo do que a ética. A ética que se pratica no dia-a-dia, nas pequenas coisas do cotidiano, a ética, sobretudo, praticada pelas pessoas comuns, com seu zelo pelos valores, pela justiça, pelo que é certo, com sua aversão ao que é fraudulento e corruptor. Foi pensando na ética das coisas triviais que, recentemente, imaginei uma notícia assim: “O escândalo explodiu como uma bomba. Uma grande empresa brasileira, com presença e posicionamento global, está sendo processada por prática de ‘pirataria’ por ter ilustrado seu relatório anual com imitações de desenhos de um famoso artista francês. Copiou-se o estilo e adaptaram-se os temas à área de atuação da companhia. A idéia partiu do responsável pela edição de arte e a alta direção da empresa não percebeu que estava cometendo um crime, hoje dos mais combatidos. Como o relatório circulou na Europa, a fraude foi imediatamente identificada e ganhou espaço na mídia”.

A notícia nunca ocorreu, é verdade, mas a proposta, sim. Eu fui testemunha ocular. Felizmente, o comitê encarregado da confecção do relatório não cedeu aos argumentos do autor da infeliz idéia e ficou o dito pelo não dito. Contudo, o que chama atenção é a desenvoltura com que esse tipo de postura acontece, sob o véu da convicção de que copiar é preciso, pela inocente crença de que o direito autoral não é um valor e ninguém tem a obrigação de respeitá-lo. Quando se copia algo, não se está apenas violentando o autor do original, mas golpeando todo um ciclo de produção e circulação de riqueza, por mínima que seja. No caso do relatório em foco, seria um artista bra-

sileiro que deixaria de ser contratado e todo um aparato produtivo a girar em torno do trabalho. Portanto, o prejudicado não seria única e exclusivamente a vítima da cópia.

Na Europa, ganha força hoje em dia o debate em torno daquilo que se denomina positivamente correto. Suas manifestações envolvem uma gama muito vasta de atitudes, significando desde a rejeição ao trabalho escravo, à discriminação racial, à violência, até a escolha de políticos na hora de votar e o não consumo de produtos originários de empresas que não respeitam o meio ambiente. É um engajamento de novo tipo e sem fronteira, que ocupa o espaço deixado pelas ideologias de esquerda. Esse novo simbolismo que parte do individual para o coletivo vem acompanhado de uma nova cartografia da ética que, aos poucos, deixa de ser algo puramente intelectual, intangível, para afirmar-se em decisões – ou, um princípio de autenticidade.

Esta é uma palavra essencial: autenticidade. Discurso e realidade caminhando juntos. No livro *La Malaise da Modernité*, Carles Tayler ensina que “ser sincero em relação a mim mesmo significa ser fiel a minha própria originalidade”, e trata-se de uma singular descoberta de como cada indivíduo pode exercer o poder. Em realidade, a autenticidade é precursora de uma nova ordem em que o cidadão tende a se indagar, diante dos grandes impasses que o atingem: qual é a minha responsabilidade?

No Brasil, é imperativo que essa questão passe a fazer parte das reflexões de cada um de nós, das empresas, dos partidos, enfim, do conjunto das instituições. É preciso dizer e voltar a dizer sem-

pre que as práticas ilegais de concorrência não acontecem apenas no universo do crime organizado. Claro, aqueles que se unem para sonegar imposto como diferencial competitivo, que roubam marcas e idéias de forma planejada, que se envolvem com o contrabando são as peças mais fortes da engrenagem. Mas contra eles existe a polícia, a lei. O drama está também na ponta não organizada do processo de ilegalidade, mas que forma uma imensa cadeia indiferente ao software que é pirateado, ao CD, ao remédio, à bebida que são copiados, ou a qualquer outra propriedade, intelectual ou não, que é usurpada.

No início do século 20, o trabalhador que sabotava a empresa era visto como uma espécie de herói. Se participasse da equipe de um esporte qualquer e não se saísse bem, era imediatamente afastado do grupo e estigmatizado como traidor. Mas, se não produzisse como devia, merecia aplausos dos companheiros. Eram tempos fortemente ideologizados e grassava intensa revolta contra o capital. Felizmente, foi um tempo que passou. Agora, é a vez da discussão do que é ou não é ético. Entre nós, talvez pelo fato de o Estado ser visto como um inimigo, talvez porque secularmente o Estado se posiciona como uma força arrecadadora, e não uma força propulsora do desenvolvimento e da superação das irregularidades, talvez porque o cidadão se veja inde-

feso e não tenha a maturidade política do europeu, a tendência corrente é ignorar o que é ético ou não quando o benefício próprio entra em cena. A ética vale para o outro, dificilmente para nós.

Quando alguém sugere copiar um trabalho intelectual para uma peça tão nobre como é um relatório anual – o retrato mais sensível da comunicação com o mercado e a sociedade –, está, é claro, pensando em benefício próprio. Ou tendo a ilusão desse benefício. Não quer ter o trabalho de criar. Não quer planejar. Não quer inovar. Não pensa na equipe. Não pensa na corporação que contrata e paga um trabalho profissional. Porque tudo isso exige tempo, dedicação, investimento. Pensa apenas no imediatismo, que é o vilão por trás da cultura da concorrência ilegal. E qual é o resultado? As penalidades jurídicas que tombam contra os piratas e demais predadores da concorrência legal não são o único ônus. Pode-se afirmar que a vítima principal é a sociedade, o conjunto dos cidadãos, em especial porque vai sendo vítima de uma cultura destrutiva que, com o tempo, a torna incapaz de renovar-se, de preparar o terreno para o amanhã, porque simplesmente deixa de ter presente. Um Brasil autenticamente ético é desejável e possível, mas para materializá-lo é crucial dar sentido a atitudes cotidianas que façam da ética uma poderosa ferramenta de mudança. ★

\* Francisco Viana é autor do livro *Hermes, a Divina Arte da Comunicação*.



ILUSTRAÇÃO: PEPE CASALS

# Só eficiência derruba carga tributária

O candidato do PSDB a presidente da República, Geraldo Alckmin, entra na disputa pelo Palácio do Planalto defendendo a ética, um choque de gestão e uma reforma tributária mais ampla para repetir em Brasília sua política “obsessiva” de redução de impostos

Depois de travar uma guerra de meses no PSDB, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, é o candidato do partido a presidente da República. Aos 55 anos, tenta chegar ao cargo máximo na política e sua plataforma será, evidentemente, sua administração no Palácio dos Bandeirantes. Nesta entrevista exclusiva à revista do ETCO, concedida poucos dias antes de os tucanos optarem pelo nome dele, Alckmin relata as medidas adotadas por seu governo para combater a concorrência desleal e tornar o Estado mais competitivo e justo na cobrança de tributos. “Reduzir impostos foi uma obsessão do meu governo”, afirma. O futuro concorrente ao Palácio do Planalto comenta ainda os principais pontos da reforma tributária, que certamente será um dos temas mais presentes na campanha presidencial deste ano. Alckmin defende uma reforma muito mais abrangente do que o texto em discussão no Congresso Nacional e apenas cinco alíquotas para o ICMS no país, a compensação – ou seguro – para os Estados que vierem a perder arrecadação e a urgência para solucionar a diminuição de receita provocada pela Lei Kandir. “O governo federal resiste ao compromisso assumido”, critica. Para Alckmin, uma das melhores decisões de seu governo foi a redução de ICMS para o álcool hidratado, em dezembro de 2004, de 25% para 12%, que ajudou a combater as fraudes e aumentou a arrecadação em 7%.



FOTO: MARLENE BERGAMO/FOLHA IMAGEM

**ETCO: Na sua opinião, qual é o melhor caminho para diminuir a concorrência desleal no Brasil?**

Alckmin: A sonegação de impostos, a pirataria e a informalidade atrapalham o crescimento do Brasil e o combate a essas práticas exige uma ação integrada de vários níveis de governo. O Estado de São Paulo atua fortemente para reduzir a concorrência desleal. O caminho para diminuir esse problema passa pela fiscalização e pela punição dos sonegadores e pela criação de condições para que as empresas saiam da informalidade, com a redução de tributos e a desburocratização do serviço público. No combate à sonegação, fiscais da Secretaria da Fazenda estão atuando em conjunto com procuradores do Estado para resgatar os tributos não recolhidos e na aplicação de multas às empresas sonegadas. Defendo ainda que os infratores sejam processados criminalmente e, para isso, a Secretaria da Fazenda firmou convênio com o Ministério Público. Além de inibir a prática irregular, essas medidas têm um caráter didático, pois estaremos dando exemplo prático de que o risco da sonegação é muito alto e quem estiver com tal intenção pensará duas vezes antes de fazê-lo. Mas também são necessárias ações na área de educação para os cidadãos do futuro. A Secretaria da Fazenda desenvolve há alguns anos um programa de educação fiscal em conjunto com a Secretaria da Educação.

**“Estamos travando uma guerra contra o combustível adulterado porque sabemos que atinge diretamente o consumidor”**

**ETCO: Quais foram as principais ações efetivas do seu governo nesse sentido?**

Alckmin: São inúmeras ações do governo para melhorar a concorrência entre as empresas. No combate à sonegação, podemos destacar, inicialmente, o esforço para modernizar a administração pública, com ampliação do governo eletrônico, para simplificar a vida do contribuinte e permitir que micro e pequenos empresários possam atuar na formalidade. Na internet, o Posto Fiscal Eletrônico da Secretaria da Fazenda oferece inúmeros serviços, e

no fim deste mês lançaremos o Cadastro Sincronizado com a Receita Federal, o que facilitará a abertura de empresas no Estado. Em abril, será implantada a Nota Fiscal Eletrônica, que vai permitir redução ainda maior nos custos operacionais das empresas. No lado do combate à sonegação, o Estado tem atuado fortemente na sua repressão. Em 2005, as autuações fiscais atingiram a expressiva marca de R\$ 10,7 bilhões. Um bom exemplo é a guerra que estamos travando contra o combustível adulterado. Todos sabemos que as fraudes no setor atingem diretamente o consumidor, que compra um produto de baixa qualidade. Ao mesmo tempo, provoca a concorrência desleal com empresário que trabalha corretamente. Por fim, traz perda de arrecadação, reduzindo os recursos para investimentos em saúde, segurança e educação, por exemplo. Com a atuação da Secretaria da Fazenda, auxiliada pela Secretaria da Segurança Pública e pela Secretaria da Justiça, recuperamos mais de R\$ 500 milhões de receita tributária em 2005 no segmento de combustíveis.

**ETCO: E no combate à pirataria?**

Alckmin: A repressão é sistemática com uma força-tarefa, formada por autoridades federais e municipais, que combate o comércio de produtos falsificados ou contrabandeados. Criamos também o Comitê Intersecretarial de Combate à Pirataria, formado por oito Secretarias de Estado e presidido pelo governador, com o objetivo de estudar e propor medidas de combate a crimes de violação aos direitos autorais. O grupo será responsável pelo mapeamento da pirataria no Estado, com levantamentos de setores críticos, principais produtos envolvidos, locais de fabricação, pontos de entrada e rotas de trânsito no Estado, principais pontos de distribuição, grupos que atuam no mercado e histórico das providências já adotadas e respectivos resultados, tanto no âmbito estadual quanto federal e municipal.

**ETCO: O senhor acredita que se aprovada a unificação do ICMS, na reforma tributária, serão necessários mecanismos de compensação aos Estados?**

Alckmin: Sem dúvida a uniformização da legislação do ICMS é um grande objetivo que deve ser perseguido pelo governo. Temos 27 legislações e 44 alíquotas diferentes. Não é preciso mais do que

cinco. Isso ajudaria a reduzir o chamado custo Brasil. O Estado de São Paulo sempre agiu nesse sentido. Além disso, a reforma tributária deve pressupor a eliminação da guerra fiscal, que prejudica toda a população e beneficia apenas a empresa que recebeu a isenção do imposto. A perda da arrecadação diminui a possibilidade de investimento na área social. Em relação à Lei Kandir, o governo federal resiste ao compromisso assumido e os Estados estão à espera de uma solução definitiva para a perda de arrecadação decorrente da exportação de produtos primários e semi-elaborados. O Estado de São Paulo repassou, no ano passado, R\$ 2,5 bilhões em créditos às empresas exportadoras. E recebeu a metade em compensações do governo federal. As discussões se arrastam num sem-fim de desculpas e nenhuma solução definitiva.

**ETCO: O senhor poderia fazer um balanço do trabalho do Conselho Gestor de Ações Conjuntas de Combate à Evasão Fiscal (Cevaf)?**

Alckmin: O Cevaf representa um novo paradigma na administração pública paulista. Pela primeira vez fiscais e procuradores passaram a promover, de forma coordenada, ações de combate à evasão fiscal e de recuperação de receitas tributárias. Em seus dois primeiros anos de atuação, o Cevaf coordenou e implantou mais de 500 medidas conjuntas entre fiscais e procuradores em todo o Estado, que trouxeram aos cofres públicos cerca de R\$ 320 milhões. Quero destacar também os resultados judiciais favoráveis ao Estado alcançados pelo Cevaf, como na defesa das ações fiscais contra as fraudes nos combustíveis, nas quais a administração conseguiu conferir uma vigorosa resposta aos sonegadores.

**ETCO: Qual a sua avaliação sobre a implantação dos medidores de vazão na indústria de bebidas?**

Alckmin: Os primeiros testes no compartilhamento das informações com a Receita Federal serão possíveis nos próximos meses, com o cruzamento das informações fiscais com os dados da produção. A tecnologia é uma grande aliada da fiscalização e é evidente que, com o dinamismo da economia paulista, será cada vez mais necessário o uso da tecnologia para garantir a arrecadação tributária.

**“Não precisamos de mais do que cinco alíquotas de ICMS, isso ajudaria a reduzir muito o chamado custo Brasil”**

**ETCO: A Delegacia Especializada para Combustíveis no Estado de São Paulo, criada pelo senhor, está funcionando a pleno vapor?**

Alckmin: A delegacia foi criada em dezembro de 2004. Ela trabalha em conjunto com a Sefaz através da operação “De olho na bomba”. Nessa operação, policiais e fiscais visitam postos revendedores de combustíveis para verificar a ocorrência de ilícitos fiscais e penais. A delegacia mantém um núcleo de inteligência que recebe denúncias e/ou levanta suspeitos a partir de informações colhidas entre polícias, Sefaz, Disque-Denúncia, comerciantes e clientes. Desde o início de suas operações, a delegacia já visitou cerca de 1.200 postos e, com a aprovação da lei que cassa a Inscrição Estadual dos adulteradores em abril de 2005, 53 postos já foram cassados. Do ponto de vista fiscal, o aumento da arrecadação de ICMS na área de combustível foi de R\$ 450 milhões versus o ano anterior (2005 e 2004). Em relação ao setor varejista de combustíveis, a 5ª Delegacia tem recebido o apoio dos bons empresários, que afirmam que a lealdade da concorrência melhorou muito depois do início de suas atividades.

**ETCO: Quais foram as medidas e os resultados mais importantes com relação à redução da carga tributária no seu governo?**

Alckmin: Reduzir impostos tem sido uma obsessão deste governo. A principal ação nesse sentido é o Programa São Paulo Competitivo, em suas várias rodadas. Em 2003 e 2004, o programa contemplou medidas de redução da carga tributária na indústria, sem ônus para o Estado. O objetivo principal desse programa era aumentar a competitividade dos produtos paulistas. Os setores contemplados foram: alimentos, auto-peças, instrumentos musicais, perfumaria e cosméticos, vinho, brinquedos, têxteis e vestuário, couros e calçados e papel de uso doméstico.

tico. Estudos mostraram que essas medidas aumentaram a participação dos produtos paulistas no varejo do Estado. Na grande maioria dos casos, o que se percebeu foram ganhos tanto de atividade interna como de arrecadação. Em 2005, o Programa São Paulo Competitivo trouxe medidas importantes com relação ao Simples Paulista, que hoje beneficia 618 mil empresas. O teto de receita bruta anual para as microempresas se enquadram no sistema passou de R\$ 150 mil para R\$ 240 mil, e foi criada uma nova faixa de enquadramento, de R\$ 1,2 milhão a R\$ 2,4 milhões.

**ETCO: E a informalidade?**

**Alckmin:** O principal resultado dessas medidas foi a redução da informalidade, já que deu fôlego às microempresas que estavam perto de estourar o limite de faturamento, bem como trouxe para o regime empresas que se encontravam no sistema normal de arrecadação. Também no Programa São Paulo Competitivo de 2005 houve redução da carga tributária em toda a cadeia de alguns produtos alimentícios – para toda a cadeia do trigo, por exemplo – e da construção civil. Houve ainda incentivos para portos e aeroportos, como forma de facilitar o comércio internacional.

**“A redução do ICMS para o álcool foi um case de sucesso, estimulou a economia, e mostra que esse é o caminho certo”**

**ETCO: Com a redução da carga tributária dos combustíveis houve aumento de arrecadação em São Paulo. Isso também ocorreu em outros setores?**

**Alckmin:** Em dezembro de 2004, sancionei a lei que reduziu o ICMS do álcool hidratado carburante, de 25% para 12%. Além de estimular a economia paulista, a medida foi importante para combater fraudes no setor, pois até então grande parte do álcool acabava sendo distribuído de forma clandestina dentro do Estado. A arrecadação de impostos, em vez de cair, cresceu 7%, graças à redução da informalida-

de. Os técnicos da Secretaria da Fazenda estão trabalhando nesse levantamento, mas como são muitos setores e variáveis, ainda não concluíram o trabalho. O exemplo do álcool tornou-se um case e mostra que estamos no caminho certo.

**ETCO: O que o senhor mudaria na atual proposta de reforma fiscal e tributária que está no Congresso?**

**Alckmin:** A reforma tributária de que a Nação precisa deveria ser muito mais abrangente do que a que tramita hoje no Congresso, a qual discute basicamente mudanças no ICMS. A reforma do ICMS é importantíssima para unificar a legislação e tem o grande objetivo de eliminar a guerra fiscal entre os Estados. É preciso que haja uma definição precisa sobre a eliminação dos benefícios concedidos irregularmente pelos Estados, para restaurar as condições de competição leal entre os contribuintes e o equilíbrio federativo. Se for necessária uma transição, precisamos definir os parâmetros com muita clareza. Entendo que temos de trabalhar com um máximo de cinco alíquotas uniformes para todo o território nacional, a fim de tributar melhor, segundo as particularidades de cada mercadoria. É preciso também estabelecer um critério claro para o rateio da arrecadação nas operações entre os Estados, sem influências oportunistas. Cada Estado tem de ter a certeza de que a receita que lhe é devida chegue rapidamente e sem interferências aos seus cofres.

**ETCO: A questão da redução dos impostos está diretamente ligada ao combate à sonegação. O governo conseguiu o principal: punir os criminosos?**

**Alckmin:** É evidente que, quando todos pagam o tributo devido, há condições para que o poder público reduza a carga tributária sem prejuízo da regular oferta de serviços públicos. No Estado de São Paulo, temos várias iniciativas para a redução da carga tributária, com o objetivo de atrair o contribuinte para a regularidade e incentivar a atividade empresarial. Um dos melhores exemplos foi a redução que promovemos na carga tributária do álcool, combustível, que propiciou até mesmo um incremento na arrecadação

do setor. Mas há casos em que somente uma fiscalização repressiva pode reverter quadros de sonegação endêmica. A fraude fiscal detectada pela Secretaria da Fazenda nas exportações fictícias de derivados de soja provocou autos de infração de mais de R\$ 1,4 bilhão contra as empresas. E duas delas já fizeram o recolhimento do valor exigido. Com relação ao aspecto penal, os envolvidos estão sendo investigados pela Polícia Civil e pelo Ministério Público, com base nos relatórios preparados pela Inteligência Fiscal da Secretaria da Fazenda. Confio que os responsáveis por esses crimes serão condenados pela Justiça e pagarão a sua pena.

**ETCO: A principal crítica do PSDB ao governo do PT, com exceção dos escândalos, é má gestão. O senhor vem falando em choque de gestão? Como seria esse choque?**

**Alckmin:** Eu considero o Brasil um país vocacionado para o crescimento. Não tem uma solução específica, mas um conjunto de medidas que faz a diferença. Eficiência tributária, reforma administrativa, reforma política, logística, infra-estrutura, inserção internacional. No Estado de São Paulo, procuramos tomar medidas que incentivem a produção e a competitividade, como o programa São Paulo Competitivo. Com carga tributária menor, você tira as empresas da informalidade e ajuda a gerar mais emprego e renda. Estimula as empresas a investir, porque não é o governo que gera emprego. Mas só é possível fazer isso com um ajuste fiscal rigoroso, como o que promovemos em São Paulo. Reduzimos despesas, aumentamos a eficiência do Estado. É isso que pretendemos fazer no Brasil.

**ETCO: As PPPs podem ser a salvação para quase tudo que o poder público precisa fazer mas não tem recursos? Até onde há espaço para essa parceria? Essa seria a saída para atingir um crescimento sustentável, com ampliação de investimentos?**

**Alckmin:** O sistema de Parcerias Público-Privadas possibilita a realização de obras cujo custo não poderia ser assumido unicamente pelo Estado. Não dá para imaginar que possamos ficar

dependendo só de recursos públicos para ampliar a infra-estrutura e melhorar a logística para o desenvolvimento econômico e social. E o programa de PPP de São Paulo é o que está em estágio mais avançado no país. Já lançamos o edital para a Linha 4 do Metrô, agora vamos receber as propostas das empresas. Vamos usar esse sistema também no novo Corredor de Exportação do Estado, ligando Campinas ao Porto de São Sebastião, e em inúmeros outros projetos que estão sendo estudados. Mas não é solução mágica. Em cada empreendimento, é preciso estudar e avaliar se deve fazer por PPP. Aliado a isso, o Estado de São Paulo vem aumentando ano a ano sua capacidade de investimento. Neste ano, serão R\$ 9 bilhões. Quando pegamos o Estado, em 1995, precisamos sanear as contas e recuperar a capacidade de investimento. Mas as PPPs serão, certamente, um mecanismo importante para garantir mais investimentos.

**“Fizemos aqui um ajuste fiscal rigoroso, aumentamos a eficiência do Estado. É isso que pretendemos fazer no Brasil”**

**ETCO: O ex-presidente Fernando Henrique disse que baixar as taxas de juros não significaria crescimento imediato. O brasileiro corre o risco de ver isso acontecer e ter de arrumar um novo culpado pelo crescimento baixo?**

**Alckmin:** Nós vivemos hoje num Brasil mais maduro, que aprendeu a controlar a inflação, o presidente Fernando Henrique teve um papel fundamental na estabilidade da moeda e do câmbio. Essa é uma conquista e ninguém mais admite a volta do imposto inflacionário. Agora, estão errando na dose. Não faz sentido uma taxa de juros como essa. E existe aí um custo adicional, que eu chamo de “custo PT”. As doses precisam ser maiores para obter um resultado menor. E o resultado é evidente: crescimento píffio e o Brasil perdendo oportunidades num cenário de grande liquidez internacional. O Brasil não pode mais ficar para trás no mundo. E obter esse resultado passa também pela redução da carga tributária. ★

# O tamanho do inimigo

ETCO encomenda estudos para avaliar o impacto da concorrência desleal e medir a informalidade no país Por Andrea Assef



FOTO: LALO ALMEIDA/FOLHA IMAGEM

Comércio na região da Rua 25 de Março, no centro de São Paulo: um dos locais mais fiscalizados do país para impedir a

venda de produtos piratas ou contrabandeados

## MAPA DO PREJUÍZO

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) consultou 192 empresas para identificar as práticas ilegais que mais as prejudicam no mercado. Os dados são o ponto de partida para o trabalho do ETCO

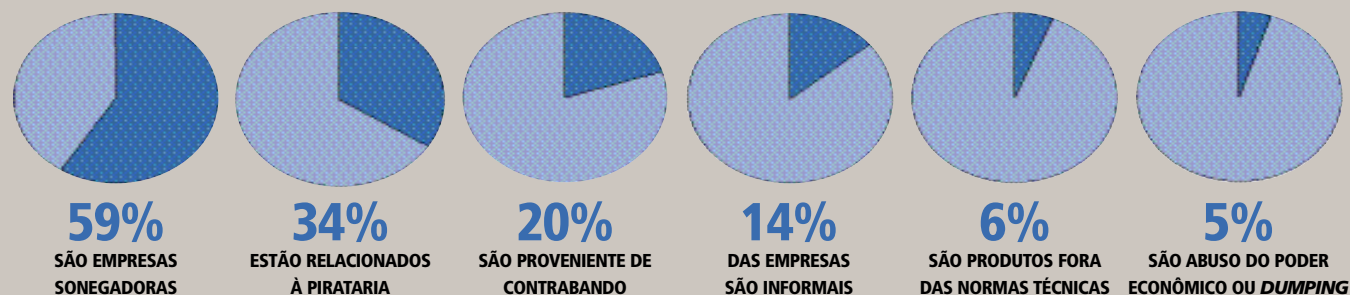


Medir a extensão do túnel da informalidade que percorre a economia brasileira não é tarefa fácil. Para avaliar o real impacto da concorrência desleal e seus efeitos, o ETCO vem preparando, desde meados do ano passado, duas importantes ações. A primeira delas é o Balanço Anti-Social, cujo principal objetivo é aprofundar o conhecimento disponível sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais da concorrência desleal.

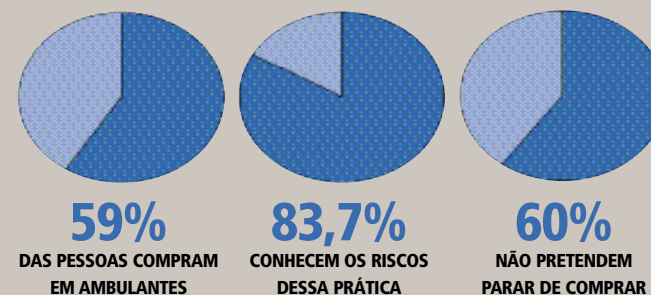
Paralelo ao Balanço Anti-Social, que está sendo feito pela Report, empresa especializada na produção de publicações na área de responsabilidade corporativa e de sustentabilidade, o ETCO encomendou à consultoria Tendências um trabalho que tem a missão de determinar métodos para a medição da informalidade no país. Os dois estudos revelam um cenário desafiador para o ETCO: a ética não está na pauta de boa parte das lideranças brasileiras e os agentes do mercado informal, pela sua própria natureza, dificultam a identificação ou mensuração de suas atividades. Ou seja, ainda há muito a fazer para trazer à tona esse universo informal.

Segundo Daniela Reis, diretora-executiva do ETCO, apesar de o Balanço Anti-Social ter concluído que a questão da concorrência desleal ainda não está sendo olhada com a devida atenção, há uma boa notícia. “Descobrimos excelentes oportunidades de sinergia com aquelas organizações interessadas em promover a ética concorrencial, como a Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), por exemplo”, diz ela. Em dezembro do ano passado, ocorreu a primeira reunião entre o ETCO e a Firjan, com o objetivo de definir uma pauta comum no combate à concorrência desleal. Ao longo dos anos, a Firjan

Entre os tipos de concorrência desleal percebidos destacam-se:



O mesmo estudo observou que:



FONTE: FIRJAN

Para medir a informalidade é preciso antes identificar precisamente suas causas

vem desenvolvendo importantes pesquisas e estudos sobre o tema, como o levantamento que ouviu 192 empresas para identificar as práticas ilegais que mais as prejudicavam (veja quadro).

O estudo da Report definiu cinco públicos principais a serem pesquisados: entidades empresariais, poder público, entidades de defesa do consumidor, setor acadêmico e entidades ambientais. Das 75 organizações contatadas, apenas 32% responderam às questões. Esse resultado já é um termômetro do baixo grau de interesse que a ética concorrencial desperta. De acordo com o estudo da Report, “o setor empresarial tem um alto nível de percepção sobre os impactos econômicos, embora a passagem para os estágios de mobilização, desenvolvimento de ações concretas ainda seja pontual, sem nenhuma articulação com outros agentes da cadeia produtiva”.

O mesmo ocorre com as instituições do setor público, que, embora apresentem um bom conhecimento sobre as práticas desleais de comércio, “atuam movidas apenas por objetivos específicos, como o combate à sonegação, no caso da Receita Federal, ou coerção do contrabando, no caso da Polícia Federal”.

Por outro lado, o Brasil ainda está longe de ter mecanismos capazes de medir com exatidão todas as ações da concorrência desleal. Segundo o estudo da Tendências, que analisou os diversos conceitos da informalidade e suas formas e métodos de mensuração, avaliar o tamanho da economia informal ainda é uma tarefa muito difícil. “Não apenas não há consenso com relação a qual medida seria a mais adequada como também as diferentes medidas apontam para estimativas muito distintas dessas atividades”, diz o estudo. Entre os métodos de mensuração está a demanda da moeda, que parte do pressuposto de que as transações da economia informal são feitas atra-

vés de pagamentos em moeda, para não ser identificadas pelas autoridades.

De acordo com a Tendências, essa abordagem é uma das mais usadas, mas nem por isso está livre de críticas. “Primeiro, porque nem todas as transações da economia informal são feitas em moeda. Segundo, porque inclui em sua circunscrição atividades relacionadas à criminalidade. Terceiro, porque em geral se considera somente a carga tributária como causa da economia informal”, afirma o estudo. A principal falha, para os especialistas da Tendências, é que fatores como regulação e atitude dos contribuintes com relação ao Estado são completamente desconsiderados porque não existem dados confiáveis disponíveis para muitos países ou se trata de variáveis qualitativas, sujeitas a subjetividade no processo de mensuração.

O estudo conclui que um dos grandes desafios é entender os mecanismos que alimentam a informalidade tanto para identificar seus efeitos macroeconômicos e sociais quanto para permitir propostas de formas de mensuração e medidas bem-sucedidas de correção do problema. “Na verdade, a mensuração mais adequada será aquela que conseguir contemplar da forma mais adequada possível os distintos métodos do mecanismo gerador da informalidade. O mesmo vale para a definição de propostas de solução do problema.”

Os dados e as constatações resultantes dos dois estudos encomendados pelo ETCO, o da Report e o da Tendências, deixam claro a necessidade de amplificar as questões ligadas à concorrência desleal a todos os setores da sociedade e de investir em mais ferramentas de aferição das práticas ilegais que assolam a economia brasileira, pois a primeira regra no embate contra um inimigo é saber o tamanho dele. ★



Camêlos com produtos falsificados: avaliar o tamanho da economia informal no país ainda é um grande desafio

FOTO: BÍO BARREIRA

# Made in China

Mesmo com novas leis, Pequim ainda não conseguiu convencer Washington de que está realmente trabalhando para combater a pirataria Por Jorge Felix

Bolsas de grife, produtos eletrônicos, CDs, DVDs, livros, canetas, a ousadia da China para piratear produtos como esses ganhou fama no planeta. É um fato tão grave que a secretária de Estado americana, Condoleezza Rice, em seu discurso na última reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos, definiu-o como o principal contencioso entre Washington e Pequim. É mais do que um atrito diplomático. A pirataria na China ganha contornos de uma verdadeira guerra fria comercial. Com pouco ou ineficaz combate aos criminosos por parte do governo chinês, a audácia desses fabricantes está cada vez maior e incomodando quase todos os seus parceiros comerciais. A lista de produtos, aos poucos, vai sendo ampliada com itens muito mais sofisticados do que os artigos de luxo, como máquinas, por exemplo, e empresas brasileiras já estão entre as vítimas.

Desde o seu ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC), a China criou uma legis-



Pirataria a olho nu: nas ruas ou até em grandes shoppings, é fácil encontrar todo tipo de produtos piratas no comércio da capital chinesa

FOTO: SOH CHAI HINGGETTY IMAGES

Paul Liu,  
presidente da  
Câmara  
Brasil-China de  
Desenvolvimento  
Econômico:  
mudança não  
ocorre da noite  
para o dia



FOTO: BIÓ BARREIRA

lação específica para combater a pirataria. O problema é que se boa parte da produção americana hoje é feita na China, os chineses também têm significativa parcela de sua economia (e de seus empregos) no mercado pirata. O difícil é descobrir – e só o tempo dirá – qual lado da balança vai pesar mais: o ganho com a exportação e a criação de empregos nas fábricas estrangeiras ou a manutenção de uma verdadeira economia fantasma que prejudica o desenvolvimento. O resultado parece claro. “Só que isso não se faz da noite para o dia, há providências e leis, mas há também uma participação muito forte de pequenas indústrias nesse segmento pirata que é difícil combater rapidamente”, afirma Paul Liu, presidente da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico.

“A China não está atrasada em termos de legislação nessa área, mas em imposição, em fazer cumprir”, afirma o advogado Daniel Shem Cheng Chen, da Trench, Rossi e Watanabe Advogados, associado à Baker & MacKenzie International, Swiss Verein, na China. “Não há um movimento de obediência.” Cheng Chen concorda com Liu: o grande problema são os pequenos. Segundo o advogado, são centenas de comerciantes vivendo da pirataria, enquanto os grandes empresários fazem esforços para produzir dentro da lei. Apesar de o governo chinês repetir sempre que está empenhado no combate à pirataria, qualquer um pode comprar uma bolsa de grife por menos da metade do valor de mercado nos imensos shoppings de Pequim, como o Yashow, o Hongquiao ou o Xiushui.

Esses templos de consumo são paraísos das mercadorias piratas que põem qualquer Rua 25 de Março no chinelo. Nesses locais uma bolsa Louis Vuitton pode ser adquirida por meros US\$ 6. “Há dois comportamentos a serem observados: de um lado o locatário também deveria ser cobrado e punido por alugar uma loja para um negócio que venderá produtos piratas – isso ain-

da não acontece –, de outro o governo toma alguma medida de repercussão, julga alguns casos famosos, para ver se acalma a cobrança internacional”, relata Cheng Chen.

Ele lembra de alguns casos clássicos, como a produção de um veículo similar ao Chevy, da Chevrolet, com um nome bastante parecido, e o da Starbucks, a rede de café, que teve simplesmente seu nome traduzido para o chinês. Os números mais impressionantes, porém, saem da pirataria intelectual. No caso do mercado de softwares, a China lidera o ranking dos países campeões de pirataria, ao lado do Vietnã. O Brasil aparece em 11º lugar. Mas a perda para a própria China é calculada em US\$ 3,8 bilhões ao ano.

Um prejuízo ainda maior é para a economia americana. As empresas dos Estados Unidos estão fazendo as contas e percebendo que, apesar da mão-de-obra barata e dos baixos custos de produção, a pirataria reduz imensamente o ganho dos investimentos. Os americanos querem acabar com essa história de a China oferecer vantagens com uma das mãos e tirá-las com a outra. A pressão, avaliam analistas de relações internacionais, será cada vez maior. Enquanto medidas mais drásticas são aguardadas, os advogados brasileiros aconselham as empresas daqui a tomar muito cuidado antes de negociar com a China.

As empresas devem ser sempre auxiliadas por advogados especialistas na complicada legislação chinesa. Quando vítima de pirataria, a empresa deve apresentar medida administrativa ao órgão governamental contra o infrator e pedir a apreensão dos produtos para destruí-los. No campo jurídico, impetrar ação penal de perdas e danos pelo uso indevido da marca. Essas medidas podem ser adotadas alternativamente e significarão, certamente, mais custos para os investidores. Se ganharem na Justiça, os exportadores ou investidores devem informar oficialmente às autoridades chinesas para impedir a distribuição (ou até exportação) dos produtos falsificados. ★

# Empresas em risco

Após escândalos corporativos, companhias brasileiras estão mais conscientes de que podem sofrer fraudes Por Juliana Mariz

**B**ernard Ebbers, Kenneth Lay e Calisto Tanzi foram protagonistas da maior revolução que o mercado corporativo sofreu nos últimos tempos. Eles deixaram de ser estrelas do mundo de negócios para se tornar réus em processos de fraude corporativa. Respondem, respectivamente, pelos escândalos da WorldCom, Enron e Parmalat que, divulgados a partir de 2001, amassaram o colarinho branco dos executivos. Foi efeito dominó. Na esteira desses casos vieram outros, companhias faliram, empresários foram presos, marcas sólidas ficaram comprometidas.

Alição foi certa e correu mundo. Aqui no Brasil, empresas ficaram mais atentas a seus processos porque perceberam que também estão sujeitas a fraudes. Uma pesquisa realizada pela KPMG e divulgada no final do ano passado mostra que 69% das empresas analisadas sofreram algum tipo de crime nos últimos dois anos. Esse número é menor do que nos anos anteriores – o índice era de 76% em 2002 e 81% em 2000 –, mas, mesmo assim, é um nível considerado ainda muito alto. A terceira edição da pesquisa, realizada a cada dois anos, ouviu cerca de mil empresas brasileiras.

Werner Scharrer, sócio da KPMG e coordenador da pesquisa, acredita que a maioria das empresas, ao longo da vida, enfrentará o ato fraudulento. “Se sobreviverão às experiências ou emergirão mais fortes dependerá, em última análise, das

atitudes e dos processos internos em vigor para responder, controlar e prevenir a fraude”, afirma Scharrer. As empresas estão realmente preocupadas e buscam a prevenção, o que, segundo 84% dos entrevistados, é a principal forma de diminuição de crimes.

Fraude corporativa abrange uma série de delitos, como falsificação de cheques ou documentos, roubo de ativos, alteração de contas de despesas e notas frias. A pesquisa da KPMG apontou que foram registradas perdas inferiores a R\$ 1 milhão por ação fraudulenta em 83% dos casos, mas a recuperação do dinheiro não foi possível em 49% dos relatos.

As empresas mostraram-se pessimistas em relação ao assunto. Entre os consultados, 55% apostam no aumento do crime por causa da impunidade e do enfraquecimento dos valores morais da sociedade. Muitas das ações são realizadas pelos próprios funcionários das companhias. O resultado da pesquisa mostra ainda que 58% acham que os funcionários são as principais ameaças. Em relação ao estudo anterior, houve um crescimento de 14,5% no índice do empregado fraudador. Muitas das empresas (51%) já estão consultando os antecedentes dos funcionários de alto escalão.

Segundo Waldemir Bulla, sócio da BDO Trevisan, boa prática de governança corporativa já é um fato na nossa realidade. “A preocupação é bastante latente. A fraude só ocorre quando não se previne antes. Entender quais são os riscos no mercado

onde atua é fundamental para minimizá-los”, afirma. Bulla defende o controle de acesso às informações na empresa. “É importante definir os níveis de acesso de acordo com o perfil de quem está envolvido, tem de ser pertinente à função.”

A própria tecnologia, que a rigor surgiu para facilitar os processos, está deixando as empresas mais suscetíveis. De acordo com a pesquisa da KPMG, perto de 11% das empresas entrevistadas tiveram problemas de segurança em transações eletrônicas. Em 2002, eram 9%. Além disso, 58% dos consultados destacaram falhas na adoção de uma política de segurança como a maior ameaça ao comércio eletrônico, seguida pelos hackers (49%) e prestadores de serviço (24%).

Para se blindar dos crimes eletrônicos, a maioria das empresas já elaborou uma política de segurança, um conjunto de regras internas de conduta e de uso da tecnologia e da informação. “Existem vários documentos a ser adotados em diversas ocasiões que envolvem funcionário, fornecedor e cliente. O principal das PECs (*Proposta de Emenda Constitucional*) é que elas não são apenas instrumentos de papel, elas também exigem a aplicação de vacinas legais, de avisos nas interfaces gráficas, de uso de rodapés em e-mails”, explica Patrícia Peck, advogada especializada em Direito Digital.

Para Waldemir Bulla, da Trevisan, os danos causados a uma empresa e a seus executivos por causa das fraudes são irreparáveis. “Se quer ser compe-



## CAUSAS PROVÁVEIS DO CRESCIMENTO DE ATOS FRAUDULENTOS

O enfraquecimento dos valores sociais morais é visto como a grande causa (62%) para o aumento na ocorrência das fraudes corporativas

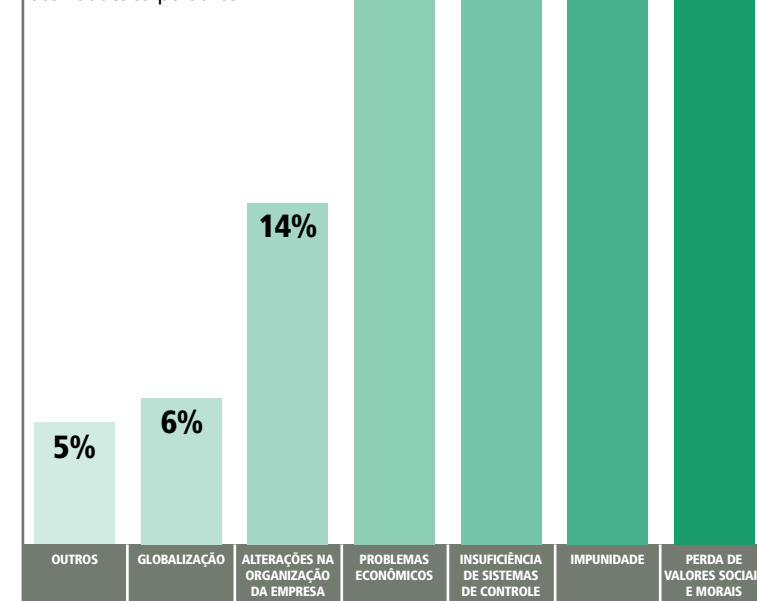
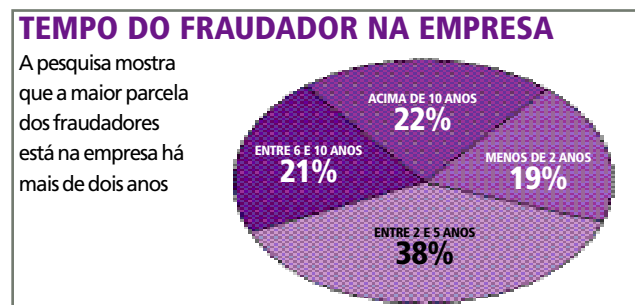
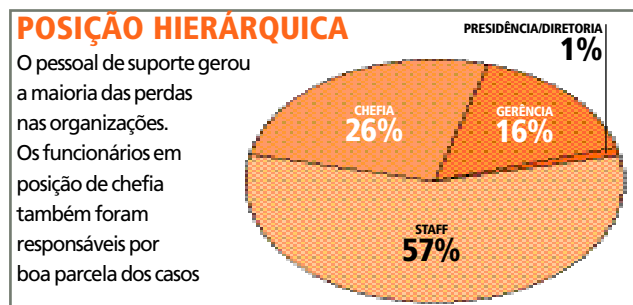
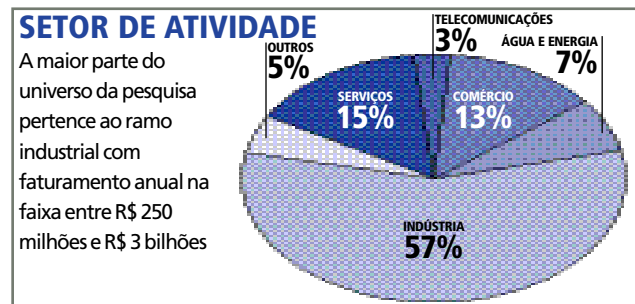
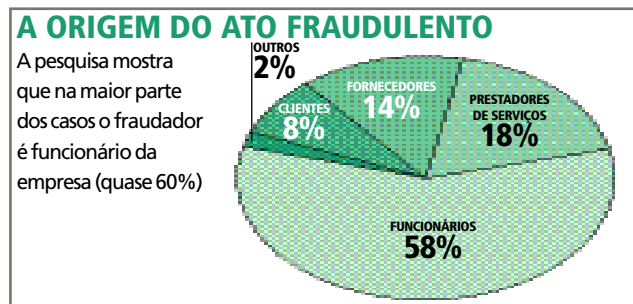


ILUSTRAÇÃO: PEPE CASALS

FONTE: KPMG



FONTE: KPMG

titivo, não pôr colocar sua imagem em risco”, diz. Kenneth Lay, o todo-poderoso comandante da Enron, empresa do setor de energia, viu sua biografia ser manchada: de grande homem de negócios passou a executivo criminoso. Foi a divulgação das manobras ilegais da Enron, que inflou lucros e maquiou prejuízos, o início da crise corporativa sem precedentes na história mundial.

O caso Enron é emblemático e a ponta de um novelo que desfiou dezenas de outros escândalos. A sociedade americana está assistindo com atenção ao desenrolar do processo, no qual são réus o ex-presidente Lay e o ex-diretor-executivo Jeffrey Skilling. O julgamento, que deve durar quatro meses, terá cores de filme hollywoodiano. O ex-diretor-financeiro da empresa Andrew Fastow prometeu apontar todas as falcatruas e acusar seus antigos superiores em nome de uma pena mais branda.

O mundo corporativo também estremeceu com a divulgação, em 2002, de um rombo de cerca de US\$ 4 bilhões nas contas da WorldCom, uma das maiores operadoras telefônicas do mundo. Os executivos admitiram ter adulterado lucros entre janeiro de 2001 e março de 2002. Antes disso, o fundador da empresa, Bernie Ebbers, renunciara ao cargo de presidente ao confessar ter retirado dos cofres o montante de US\$ 360 milhões para comprar ações da própria empresa. Ebbers foi condenado a 25

anos de prisão e Scott Sullivan, ex-diretor-financeiro da empresa, pegou cinco.

A derrocada da Parmalat, marca forte e mundialmente reconhecida, foi acompanhada por milhares de consumidores e acionistas. Calisto Tanzi, que controla 51% da companhia, assumiu a manipulação de dados financeiros para esconder prejuízos. Ele está respondendo ao processo em liberdade condicional. Outras empresas também foram destaques nas páginas policiais por causa de fraudes. Entre elas, Tyco, Adelphia, Xerox, Computer Associates, Lucent Technologies.

Os escândalos deixaram os acionistas das empresas na corda bamba. Investir nessa ou naquela companhia tornou-se uma decisão tão frágil quanto apostar em cavalos. Portanto, a adoção de regras rígidas parece pôr alguma ordem na casa. A principal mudança ocorreu com a promulgação, em 2002, da lei Sarbanes-Oxley. A Sox, como é conhecida, visa proteger os acionistas de companhias de capital aberto porque obriga as empresas a descrever detalhadamente cada um de seus processos contábeis e administrativos. Dessa forma, fica mais fácil identificar os responsáveis por erros. A cartilha de regras é extensa e rigorosa. São diversos procedimentos que devem ser padronizados e auditados. O prazo para adaptação à lei termina em dezembro de 2006, mas já se nota que a “limpeza geral” gerou ganhos para algumas empresas, como o corte de custos e o apuro na gestão. ★

# Impostos na areia

Secretaria da Fazenda vai ao litoral para explicar aos contribuintes o que faz com a arrecadação Por Juliana Mariz

Um pirata fez a festa da garotada nas praias de São Paulo nos meses de janeiro e fevereiro. O ator fantasiado era a atração das tendas do programa Fazenda Vai à Praia, iniciativa da Escola Fazendária (Fazesp), órgão vinculado à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. O projeto, que faz parte do programa de Educação Fiscal, tem o objetivo de divulgar a importância do pagamento de impostos, para que eles servem e onde são aplicados. “Visitamos dez cidades do litoral, entre elas Santos, Ubatuba, Guarujá, Ilha Bela. Uma estimativa aponta que recebemos cerca de 2.500 pessoas. Estamos satisfeitos e orgulhosos de ter transmitido conceitos de cidadania à população”, afirma Ivan Aurélio Ferrari de Senço, coordenador do Programa de Educação Fiscal do Estado de São Paulo.

Para ensinar o que é ICMS ou para que serve o IPI, a equipe da secretaria programou atrações lúdicas para as crianças. A brincadeira começava com o pirata, que fazia o papel de um vilão, recebendo os convidados na tenda. Ele provocava as pessoas falando que não é necessário pedir nota fiscal ao fazer uma compra, convidava todos a sonegar impostos etc. A equipe da secretaria fazia, então, o contraponto apresentando os conceitos corretos.

Um dos jogos programados era uma espécie de tabuleiro com perguntas como: “Você pagou o IPVA do carro?” Dependendo da resposta, a pessoa avançava ou não pelas casas. A corrida do saco, por exemplo, reunia uma equipe que, enquanto arrecadava o maior número de tributos representados nos pinos, aprendia para que serve cada um deles. Outra brincadeira chamava-se Twister do Fisco, um tapete com os nomes dos impostos. Seguindo as orientações, as pessoas tinham de colocar a “mão direita no ICMS”, “o pé direito no IPI”. Nos fundos de cada tenda era montada uma mesa para expor DVDs e cartilhas concebidos pela secretaria ou por alunos das escolas estaduais.

Os organizadores subiram a serra com a certeza de que voltarão a dar aulas na areia no próximo verão. Segundo Ivan Senço, cinco cidades já mostraram interesse em participar do projeto, que ocorreu em conjunto com a Campanha Verão Limpo

2006, iniciativa da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (CETESB) para conscientizar as pessoas sobre a limpeza das praias e a preservação do meio ambiente. “Foi uma experiência bastante positiva. Além da conscientização da população, há um envolvimento com os representantes da cidade. Esse contato abriu um canal para criarmos grupos municipais de educação fiscal, uma de nossas metas”, explicou Senço. “Eles acharam interessante o trabalho que desenvolvemos e nos convidaram a participar com eles. Mas foi um aprendizado em tempo real, estamos adquirindo know-how”. ★



FOTOS: DIVULGAÇÃO



Em tendas montadas em dez praias paulistas, atrações lúdicas fizeram parte do programa de educação fiscal



Herbert Steinberg\*

Justamente porque somos seres humanos, e porque cresce o debate sobre ética nas relações internas e externas da empresa, surgem de todo lado os estímulos às boas práticas de governança corporativa

## Ética também gera bons resultados

**É** crescente o debate sobre limites éticos, tanto no âmbito pessoal quanto nos negócios e na gestão pública. Esse tema, permanente nas relações humanas, acabou ganhando vulto entre nós nos últimos anos com a descoberta de grandes fraudes contábeis em gigantescas corporações norte-americanas e européias e no afloramento de escândalos políticos no Brasil. De alguns desses fatos decorreu a ampliação do esforço na melhoria da governança corporativa em diversos setores – uma das novidades mais relevantes do mundo empresarial nos últimos tempos.

No mundo corporativo, surgem perguntas incômodas: é possível uma empresa obter resultados acima da média sendo ética em todas as suas relações, sem exceção? Com ética nas relações se ganha dinheiro?

Quando alguém comete atos ilícitos na área financeira, quando rouba ou falseia dados, pode ser desmascarado e chamado a responder pelos seus atos. Entretanto, inúmeros atos prejudiciais à ética nos relacionamentos estão num âmbito surdo, que costuma passar despercebido de muitos, mas mesmo assim criam um ambiente de pouco respeito às pessoas. Sem ética interpessoal, o ambiente corporativo torna-se, como já testemunhei várias vezes, um campo onde todo dia se cometem microassassinatos.

Ora, há sempre alguém prestando atenção na forma como uma empresa atua. Se ela possuir ética entranhada em seus valores reais (não aqueles exibidos em cartazes pelas paredes), será percebida como empresa ética. Se costuma tratar algum *stakeholder* com desrespeito, será percebida como

empresa não-ética. Praticar boa governança corporativa é atestar que o *board* age com transparência e confiabilidade com todos os *stakeholders*, que investe em relacionamentos interpessoais éticos.

Para ter acesso a capital, a empresa tem de transmitir confiança, o que significa ser comprável, ter produtos e serviços de alta aceitação pelo mercado. Na hora de investir, os grandes *players* não se fixam apenas nos balanços (mesmo porque eles podem ser maquiados), mas na qualidade da atitude de seus dirigentes, na postura traduzida em respeito por todos os envolvidos, consistência, transparência, sustentabilidade do negócio.

Por outro lado, não existem instituições sem as pessoas. E o incrível é que as pessoas se comportam como... pessoas. Têm sentimentos, inveja, amor, ego, sexualidade, paixão, rancores, ambições, sonhos etc. Pessoas gostam ou não gostam de outras pessoas. Pessoas confiam e desconfiam, e montam seus relacionamentos a partir do que sentem.

Como na entrada das empresas não existem escaninhos virtuais que as façam deixar do lado de fora suas crenças, seus anseios, defeitos e qualidades, nessa nebulosa gama de sentimentos se forma o que chamo de agenda oculta – a que existe atrás da agenda explícita e representa os reais motivos por trás das escolhas. Quantos projetos são construídos ou destruídos, aprovados ou rejeitados, não por questão financeira ou estratégica, mas porque há sentimentos humanos amarrados às decisões?

As agendas ocultas por vezes criam verdadeiros poderes paralelos. Nem sempre são fáceis de detectar, porque vêm acopladas ao *body language*, ao tom de voz, ao olhar. Uma agenda oculta não



ILUSTRAÇÃO: PEPE CASALS

é obrigatoriamente “do mal”. Pode ser gerada em meio às melhores intenções. O que importa é se determinada agenda oculta interfere de forma negativa ou positiva nos atos da empresa e se contempla ou não suas necessidades de transparência, controle, *accountability*, sustentabilidade.

A agenda aberta é consciente, explícita e comunicada. Já a agenda oculta pode ser tanto inconsciente quanto consciente. Por exemplo, a agenda “Eu vou acabar com a carreira desse cara” é consciente e clara para quem a tem. Quem estiver de fora pode percebê-la ou não. Depende das condições do grupo e da capacidade de camuflagem dos envolvidos.

Nas empresas, assim como em vários setores da vida, vivemos papéis arquetípicos, que influenciam nossas decisões. Quanto maior nossa integridade, mais clareza teremos desses papéis e mais lisura teremos em nossas relações interpessoais. Quem já não viu, nas organizações, alguém exercendo um papel de imperador, de bispo, de aconchavador, de algoz?

Digamos, por exemplo, que o CEO de uma corporação esteja dominado pela agenda oculta de permanecer no cargo a qualquer custo, calçado em algum impulso infantil inconsciente. Para se manter, ele vai burlando as boas práticas aqui e ali, de forma sub-reptícia. Nessa situação, pode se sentir um imperador, e pegar atalhos para pri-

vilegiar o curto prazo em detrimento do longo prazo. Pode postergar custos e antecipar vendas. Pode querer controlar todos os passos de pares seus que ameacem frustrar seus planos.

Quem gere empresas precisa aprender a lidar com esta realidade, própria da natureza humana: por trás do papel exercido estão as motivações e os desejos, o eventual excesso de ira, de avareza, luxúria, inveja, preguiça, soberba. Esse é o DNA de certas agendas ocultas. Os mais atentos percebem se as relações são pautadas por simpatia, dinheiro, amizade, parentesco ou atração sexual.

Justamente porque somos seres humanos, e porque cresce o debate sobre ética nas relações internas e externas da empresa, surgem de todo lado os estímulos às boas práticas de governança corporativa. Elas clarificam e neutralizam os efeitos deletérios das agendas ocultas. Boa governança implica convivência interpessoal carregada de ética, pois promove um sistema de confiança em que todas as agendas, mesmo as ocultas, podem ser contempladas e mutuamente equilibradas. Afinal, boa governança não é algo que se tem, é algo que se vive. ★

\*Herbert Steinberg é autor do livro *A Dimensão Humana da Governança Corporativa*. Foi diretor e vice-presidente de grandes empresas (Santander-Banespa, Citibank, McDonald's, CPM) e é presidente da Mesa Corporate Governance, consultoria com sede em São Paulo. Site: [www.corporategovernance.com.br](http://www.corporategovernance.com.br)



O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO – é uma organização sem fins lucrativos que congrega entidades empresariais e não-governamentais com o objetivo de delimitar parâmetros éticos para a concorrência e estimular ações eficazes contra a evasão fiscal, a falsificação de produtos e o contrabando. Fruto da iniciativa de empresas brasileiras dos setores de combustíveis, cigarros, cervejas e refrigerantes, suas atividades transcendem o caso de empresas e setores específicos para englobar o conjunto da economia, contribuindo para o desenvolvimento sustentado e a criação de postos de trabalho.